

POLÍTICA

Os novos tempos e a necessidade de novos procedimentos

A não aprovação esta semana pelo Senado, por falta de quorum, do projeto envolvendo o Sulbrasileiro e empresas ligadas ao conglomerado financeiro sulista, além de frustrar as expectativas de um expressivo contingente de funcionários, trouxe novamente ao centro das discussões a questão das obrigações parlamentares no dia-a-dia. Na sexta-feira, por exemplo, o livro de presenças anunciava trinta e oito senadores na Casa, número suficiente para dar o quorum necessário para o debate e aprovação de matéria tão importante quanto urgente como a do Sulbrasileiro. Mesa e lideranças não conseguiram atrair ao plenário o número mínimo para o funcionamento da sessão. As conseqüências negativas disso ultrapassam a frustração dos funcionários.

Em termos econômicos, as instituições financeiras, atualmente sob intervenção do Banco Central, continuam sem produzir, consumindo dinheiro público, provocando despesas. Em termos de relações mínimas de trabalho, os senadores não deram exemplo de boa conduta ao não conseguirem resolver a questão do Sulbrasileiro. Evidentemente, ninguém esqueceu, mas um importante senador governista lembrou, ontem, que, eleitos pelo povo, os senadores têm obrigação de prestar contas a esse eleitorado, trabalhando, nas comissões ou no plenário, decidindo as questões pendentes, votando, aprovando ou rejeitando. E não apenas comparecendo para votar nas grandes ocasiões, como a recente sessão do Congresso Nacional que restabeleceu as eleições diretas para presidente da República e tomou outras providências importantes para a redemocratização do País.

«Os salários estão em dia, não consta que tenha havido atraso e todo mundo recebeu direitinho», comentou o político, sacando em seguida de uma caneta e um bloco de anotações, onde tentou calcular o custo de uma reunião do Senado, mesmo as que nada decidam, por falta de quorum. Ao que tudo indica, o fim de semana será pequeno para que ele consiga encontrar resultados finais. No mesmo bloco, o político anotou, ainda, uma declaração recente do líder do governo, senador Humberto Lucena, prevendo para meados da semana que vem a resolução final da questão do banco gaúcho e passando um atestado integral de normalidade para a demora com que as coisas acontecem.

Em plena fase de recuperação de seus poderes, o Congresso Nacional precisa urgentemente refletir sobre questões bem práticas, como as relacionadas com o seu próprio funcionamento. Em outros tempos, sem forças, sem prestígio, enfraquecido, as demoras e os problemas de quorum era realmente naturais. Num tempo de mudança esses temas exigem novas reflexões. Segundas e sextas-feiras, são dias difíceis para quorum, todos sabem disso. E preciso, então, que se estudem mecanismos para suprir, nos outros dias, as deficiências conhecidas. Os eleitores, que têm pressa em ver o País modificado, com novos rumos, com propostas de esperança e progresso, querem ver seus representantes em ação constante, ordinária. E não apenas nos dias extraordinários, com luzes e câmeras e propaganda gratuita nos meios de comunicação.

Sobre o assunto, igualmente, cabe análise detida sobre as funções, o papel das lideranças. A liderança do governo acrescentou-se responsabilidade de grosso calibre, cuja origem é vizinha e íntima do movimento que levou ao Palácio do Planalto os candidatos da Aliança Democrática: a esperança e a vontade populares de que as coisas mudem. Mudem já. Os senadores Humberto Lucena e Carlos Chiarelli devem refletir sobre o tema e convencer seus liderados de que o exercício dessa responsabilidade é coletivo, presume a participação ativa de quantos abriguem-se hoje sob a proteção da legenda aliancista.

A Nova República, se aumentou a responsabilidade do líder do governo, não a diminuiu no líder da oposição. Ao contrário. Duas décadas depois, os atuais oposicionistas têm a obrigação de permanência constante no Congresso, para explicar e, se possível, justificar o que foi feito no passado, evitando, assim, a repetição dos mesmos erros, no presente e no futuro. É tão importante a presença do líder e da bancada oposicionista, que certos sacrifícios devem ser assumidos em função disso. Mesmo que tenha suas bases eleitorais próximas de si, geograficamente, o líder oposicionista não deve fazer disso um estímulo para que esteja diariamente junto de seus eleitores. Deve encarar o sacrifício de ficar aqui toda a semana, viajando no sábado ou no domingo.

Mesmo considerando que os tempos eram outros, as dificuldades e obstáculos diferentes, mesmo que se dedique especial estima e admiração aos senadores Humberto Lucena, Carlos Chiarelli e Murilo Badaró, houve quem escutasse, ao longo da semana, em gabinetes e corredores, suspiros nostálgicos e reminiscências dos tempos de Paulo Brossard e Jarbas Passarinho. Abstraindo-se exageros e eventuais dardos venenosos com endereços certos, a organização do trabalho e a recuperação da eficiência legislativa deve regressar com celeridade às preocupações dos parlamentares.

Luiz Recena Grassi